



INFORMATIVO DOUTRINÁRIO

ABORTO



Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE BIBLIOTECA

Expediente

Biblioteca Desembargador Antônio Koury

Equipe de trabalho

Divisão de Biblioteca

Chefe: **Elaine Ribeiro**

Telefone: (91) 3205-3351

E-mail: elaine.ribeiro@tjpa.jus.br

biblioteca@tjpa.jus.br

Serviço de Processamento Técnico

Chefe: **Lanalucia Soares**

E-mail: lanalucia.soares@tjpa.jus.br

Bibliotecária: **Felicidade de Fátima**

E-mail: felicidade.silva@tjpa.jus.br

Telefone: (91) 3205-3336

Serviço de Referência

Chefe: **Josiane Neves**

Estagiários: **Mário Leandro Santos e Rodrigo de Oliveira Coelho**

Telefone: (91) 3205 - 3325

E-mail: josiane.neves@tjpa.jus.br

Equipe de Apoio

Atendente Judiciário: **Mário Machado**

Atendente Judiciário: **Maria José Campelo Costa**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P221i Pará. Tribunal de Justiça. Departamento de Documentação e Informação. Divisão de Biblioteca.

Informativo Doutrinário / Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Departamento de Documentação e Informação, Divisão de Biblioteca. – Belém, 2019.

11 p.

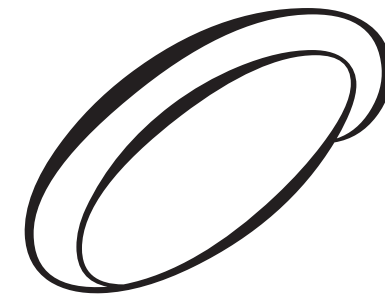
1. Periódicos. 2. Aborto. 3. Anencefalia. 4. Direitos da mulher. I. Título.

CDD 340

Sumário

| | |
|---------------------|-----------|
| Apresentação..... | 4 |
| Livros..... | 5 |
| Periódicos..... | 6 |
| Acervo Digital..... | 11 |

Apresentação



Informativo Doutrinário da Divisão de Biblioteca é uma publicação temática que tem por objetivo a divulgação da doutrina disponível no acervo físico e nas bases digitais da Biblioteca Des. Antônio Koury, visando contribuir para o acesso ao conhecimento jurídico em seus aspectos atuais, relevantes e históricos.

Nesta primeira edição, trazemos o tema “**aborto**”, destacando-se livros e artigos sobre o assunto, sendo utilizados os seguintes termos de busca: aborto e anencefalia.

Para solicitação de empréstimo domiciliar do material bibliográfico da biblioteca, faz-se necessário que magistrados e servidores efetuem cadastro prévio no Serviço de Referência Bibliográfica.

Caso tenha interesse em consultar os materiais referenciados, compareça à Biblioteca ou entre em contato através do e-mail biblioteca@tjpa.jus.br, ou nos ramais 3351 e 3325.



Livros

2015

SOUSA, Valéria. **Violência obstétrica**: considerações sobre a violação de direitos humanos das mulheres no parto, puerpério e abortamento. São Paulo: Artemis, 2015. 62 p.

Número de chamada: 341.27 S725v

2008

GONÇALVES, Tamara Amoroso (coord.); LAPA, Thaís de Souza. **Aborto e religião nos tribunais brasileiros**. São Paulo: Instituto para a Promoção da Equidade, 2008. 324 p.

Número de chamada: 341.55621 G635a

2000

PAPALEO, Celso Cezar. **Aborto e contracepção**: atualidade e complexidade da

questão. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 498 p.

Número de chamada: 341.55621 P213a 2. ed.

1993

PAPALEO, Celso Cezar. **Aborto e contracepção**: atualidade e complexidade da questão. Rio de Janeiro: Renovar, 1993. 497p.

Número de chamada: 341.55621 P213a

Capítulos de livros

2017

DINIZ, Maria Helena. Microbioética: questões éticos-jurídicas. In: DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 10.ed., rev. aum. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. 1151 p.

Número de chamada: 340.78 D585e 10.ed.

2011

FREITAS, Marques. A vida como direito fundamental. In: FREITAS, Patrícia Marques. **Os fetos anencéfalos e a constituição federal de 1988**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2011. 135 p.

Número de chamada: 341.272 F866f 1. ed.

ZIMERMAN, David. Aborto induzido: aspectos legais e psicológicos. In: COLTRO, Antônio Carlos Mathias (org). **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. 2. ed., rev., atual. e ampl. Campinas, SP: Millennium, 2008. 672 p.
Número de chamada: 340.73 A838 2.ed.

MANASFI, Maha Kouzi Manasfi; DERZE, Nadine Michaelle da Silva; PEREIRA, Neyaria de Souza. A dignidade humana em julgamento: o Supremo Tribunal Federal e a interrupção da gravidez de feto anencéfalo. In: **Casos constitucionais em destaque**: princípios fundamentais. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2013. 278 p. ((Série monografias do CEJ; 16)).
Número de chamada: 341.2 C341



Periódicos

ARTIGOS

2017

OLIVEIRA, Leonardo Alves de. Aborto é crime, não houve descriminalização, por enquanto (comentários sobre o HC 124.306/STF, aborto no primeiro trimestre, e acerca da ADIn 8851, aborto de feto microcefálico). **Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal**, São Paulo, v. 12, n. 102, p. 213-222, fev./mar. 2017.

2015

PEDROSO, Fernando Gentil Gizzi de Almeida. A dualidade havida (a vida): seria o aborto questão de saúde pública ou de política criminal? **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v.12, n.68, p.94-100, out./nov. 2015.

2014

ALMEIDA, Jéssica de Jesus. Aborto de feto anencéfalo: nova perspectiva após decisão do STF. **Revista CEJ**, Brasília, DF, v. 18, n. 64, p. 26-31, set./dez. 2014.

PIRES, Teresinha Inês Teles. O princípio da segurança jurídica e o direito da mulher à saúde reprodutiva: uma análise acerca do dever do Estado na prestação de assistência à saúde física e mental da mulher no contexto da ilegalidade do aborto. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v.51, n.201, p.129-149, jan./mar. 2014.

2013

MENDES, Soraia da Rosa. Os direitos fundamentais das mulheres à autodeterminação e à proteção como limites ao poder punitivo: reflexões sobre a criminalização do aborto no projeto de novo Código penal e sobre a proibição de proteção deficiente no Supremo Tribunal Federal. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**: RBEC, Belo Horizonte, v.7, n. 25, p.211-232, jan./abr. 2013.

2012

LEIRIA, Maria Lúcia Luz. O direito à liberdade e à vida e a interrupção da gravidez por má-formação fetal: uma análise à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Síntese Direito de Família**, São Paulo, v.14, n. 73, p.56-66,

ago./set. 2012.

MENDES, Sérgio da Silva. O domínio público do útero materno. **Interesse Público**, Sapucaia do Sul, v. 14, n. 71, p.95-121, fev. 2012.

MULTEDO, Renata Vilela. A responsabilidade civil por nascimento indesejado no direito brasileiro. **RTDC: revista trimestral de direito civil**, Rio de Janeiro, v.13, n. 51, p.91-126, jul./set. 2012.

SILVA, Heleno Florindo da. A possibilidade de antecipação terapêutica da gestação nos casos de anencefalia: uma análise da legislação interna vigente como fonte suficiente para esse fim e o direito comparado. **Juris Plenum**, Caxias do Sul, RS, v. 8, n. 43, p.63-94, jan. 2012.

2010

COSTA, Álvaro Mayrink da. Interrupção da gravidez: uma questão de direitos humanos = Termination of pregnancy: a human rights issue. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 106, n. 408, p.3-22, mar./abr. 2010.

DIAS, Jorge de Figueiredo. A interrupção voluntária da gravidez: uma consideração jurídico-penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 18, n. 86, p.148-169, set./out. 2010.

FRANCO, Fernando Campilongo Pinheiro. A dignidade da gestante e a interrupção da gravidez do feto anencefalo. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 26, p.99-127, jul./dez. 2010.

RUDÁ, Antonio Sólon. Direito penal e bioética: o início e o fim da proteção jurídica da vida humana. **Ciência Jurídica**, Belo Horizonte, v. 24, n. 156, p.119-136, nov./dez. 2010.

2009

CARDOZO, Teodomiro Noronha; OLIVEIRA, Elisabete C. S. Teixeira de. Interrupção terapêutica da gestação em fetos holoanencefálicos como garantia de direito. **Revista da ESMAPE**, Recife, PE, v. 14, n. 30, p.351-378, jul./dez. 2009.

GOMES, Luiz Flávio. Aborto anencefálico: direito não é religião. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, RS, v.9, n. 54, p.7-9, fev./mar. 2009.

KLAUTAU FILHO, Paulo de Tarso Dias. Ativismo judicial e devido processo legal substantivo: uma leitura do caso Roes vs. Wade (1973). **A Leitura**, Belém, v. 2, n. 3, p.42-55, nov. 2009.

PACHECO, Eliana Descovi. O aborto anencefálico: à luz do ordenamento jurídico atual. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, RS, v.9, n. 54, p.10-36, fev./mar. 2009.

2008

GARCIA, Maria. A Inviolabilidade constitucional do direito a vida: a questão do aborto, necessidades de sua descriminalização :a justiça restaurativa. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v.16, n. 65, p.192-201, out./dez. 2008.

ROCHA, Dionízio. A tutela jurídica do embrião: verdades ou acordos?. **RTDC: Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p.107-142, out./dez. 2008.

2007

MARTINS, Ives Gandra da Silva. O direito do ser humano à vida. **Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, Belém, v. 55, n. 102, p. 23-28, dez. 2007.

MOURA, Júlio Victor dos Santos. Modalidades do infanticídio. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, RS, v.55, n. 356, p.137-142, jun. 2007.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto inseguro: é necessário reduzir riscos. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 15, n. 68, p. 27-68, set./out. 2007.

2006

DIAS, Maria Berenice. Direito fundamental ao aborto. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 2, n. 11, p. 20-21, abr./maio. 2006.

GOMES, Luiz Flávio. Aborto anencefálico: exclusão da tipicidade material. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.95, n. 854, p.405-410, dez. 2006.

QUEIROZ, Eduardo Gomes de. Abortamento de feto anencefálico e a inexigibilidade de conduta diversa: a influência das circunstâncias concomitantes no comportamento humano. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, RS, v. 7, n. 40, p. 75-92, out./nov. 2006.

2005

ALLEGRETTI, Carlos Artidorio. Revisão crítica do conceito do crime de aborto: a busca de um consenso possível. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, RS, v. 53, n. 334, p. 91-116, ago. 2005.

BUSATO, Paulo César. Tipicidade material, aborto e anencefalia. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, RS, v. 52, n. 327, p. 79-98, jan. 2005.

GOMES, Luiz Flávio. Aborto anencefálico: exclusão da tipicidade material. **Revista dos Tribunais: [São Paulo]**, São Paulo, v.95, n. 854, p.405-410, dez. 2006.

SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e constituição. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 240, p.43-82, abr./jun.2005.

SIQUEIRA, Geraldo Batista de. Aborto, anencefalia, autorização judicial ou consentimento da gestante. **Revista Magister de direito penal e processual penal**, Porto Alegre, RS, v.1, n.6, p. 61-72, jun./jul. 2005.

2004

SANTOS, Dalci Ferreira dos. A Vida é uma garantia constitucional que não podemos pôr em risco: considerações sobre o aborto. **Revista Jurídica da Universidade de Franca**, Franca, SP, v.7, n. 13, p. 48-53, dez. 2004.

1999

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto legal no SUS. **Consulex**, v. 3, n. 31, p. 36-37, jul. 1999.

1998

ARDAILLON, Danielle. A Insustentável ilicitude do aborto. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 6, n. 22, p. 199-230, abr./jun. 1998.

LEITE, Júlio César do Prado. Aborto. **Consulex**, Brasília, DF, v. 2, n. 15, p. 44-48, mar. 1998.

1996

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Aborto eugênico ou necessário. **Revista Jurídica**, v. 44, n. 229, p. 27-29, nov. 1996.

1989

ALVES, Roque de Brito. Aborto: crime ou direito. **Arquivo Forense**, Pernambuco, n. 74, p. 35-41, 1989/1992.

1987

MEIRA, Clóvis. A fecundação e a lei. **Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, Belém, v.31, n. 43, p.61-80, dez. 1987.

1985

MEIRA, Clóvis. Aborticídio. **Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, Belém, v.29, n. 36, p.34-43, set. 1985.

1980

CARNEIRO, Miguel. Aborticídio. **Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, Belém, v.24, n. 21, p.17-28, set. 1980.

Artigos em que um dos tópicos se refere a temática aborto**2014**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Entre o guardião de promessas e o superego da sociedade: limites e possibilidades da jurisdição constitucional no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v.51, n. 202, p.159-180, abr./jun. 2014.

2012

BARROSO, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. **Interesse Público**, Sapucaia do Sul, v.14, n. 76, p.29-70, nov./dez. 2012.

BARROSO, Luís Roberto. Aqui, lá e em todo lugar: a dignidade humana no direito contemporâneo e no discurso transnacional. **Revista dos Tribunais**: [São Paulo], São Paulo, v.101, n. 919, p.127-196, maio 2012.

MULTEDO, Renata Vilela. A responsabilidade civil por nascimento indesejado no direito brasileiro. **RTDC: revista trimestral de direito civil**, Rio de Janeiro, v.13, n. 51, p.91-126, jul./set. 2012.

2011

ANTUNES, Maria João. Problemática penal no Tribunal Constitucional Português. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 19, n. 92, p.13-30, set./out. 2011.

2009

SIQUEIRA, Geraldo Batista de. Tipos plurissubjetivos: classificação: aspectos processuais. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v.5, n.28, p.39-51, fev./mar. 2009.

SIQUEIRA, Geraldo Batista de; SIQUEIRA, Marina da Silva; TORRES, Benedito Xavier. Testemunhas de Jeová: transfusão de sangue, omissão de socorro e constrangimento ilegal: autorização judicial. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 6, n. 32, p. 36-51, out./nov. 2009.

1995

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. Responsabilidade civil do médico. **Revista dos Tribunais**, v. 84, n. 718, p. 33-53, ago. 1995.

**Acervo Digital****Biblioteca Digital FÓRUM****2017**

HAEBERLIN, Martín. Se Dworkin fosse ministro do STF, como ele julgaria a descriminalização do aborto? Um antigo debate sobre direitos não enumerados e como ele pode nos ajudar. **Direitos Fundamentais & Justiça - DFJ** Belo Horizonte, ano 11, n. 37, jul./dez. 2017.

SGANZERLA, Rogerio Barros. Aborto e Congresso Nacional: uma análise crítica do cenário legislativo. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 67, p. 291-319, jan./mar. 2017.

2016

PIRES, Teresinha. A autorização das pesquisas científicas com células-tronco embrionárias (ADIn nº 3.510): implicações da decisão na definição do estatuto jurídico do nascituro e no debate sobre o direito ao aborto. **Revista do Instituto de**

Hermenêutica Jurídica – RIHJ, Belo Horizonte, ano 14, n. 19, jan./jun. 2016.

2014

FRANCO, Luiz Henrique Sapia. Notas sobre os direitos da personalidade e o direito à vida digna (direito a não nascer e a nascer saudável). **Revista Fórum de Direito Civil – RFDC**, Belo Horizonte, ano 3, n. 7, p. 71-100, set./dez. 2014.

RT ONLINE

2018

GARCIA, Maria. Os sentidos da liberdade: aborto, uma decisão igualitária perante a lei. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 106, p. 49-61, mar./abr. 2018.

2017

LEE, Simone Thay Wey. O método da desconstrução da linguagem aplicado ao debate sobre a legalização do aborto de feto microcefálico. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 977, p. 189-212, mar. 2017.

2016

MARTINS, Fernanda. Feminismo, direito e aborto: articulações possíveis e necessárias para emancipação de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v.123, p. 233-258, set. 2016.

2015

FARAH, Elias. Considerações sobre o aborto. o conflituoso enfoque penal e ético. questão relevante de saúde pública. **Revista de Direito de Família e das Sucessões**, São Paulo, v.4, p. 53-85, abr./jun. 2015.

VALENÇA, Marcelo Morelatti. O aborto criminoso e a percepção do salário-maternidade. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 162, p. 335-347, mar./abr. 2015.

2013

GONÇALVES, Antonio Baptista. Controvérsias relativas à pronúncia do crime de aborto - análise jurisprudência. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, vol. 2, p. 87-106, set./out. 2013.

1998

GARCIA, Maria. A inviolabilidade constitucional do direito à vida. A questão do aborto. Necessidade de sua descriminalização. Medidas de consenso. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 24, p. 73-83, jul./set. 1998

Edição de arte

Departamento de Comunicação
Coordenadoria de Imprensa

